

PROJETO DE LEI N° _____, de 2015

(Do Sr. Deputado Marcos Rotta)

Altera o § 2º do art. 302 da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito), para prever a prática de homicídio doloso na direção de veículo automotor, se o agente conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência ou participar, em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, acrescenta o inciso IX no artigo 1º na Lei 8.072/90, para incluir essa modalidade no rol de crimes hediondos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 302 da Lei nº 9.503/97, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 302.
§1º.....
I -
II -
III -
IV -

§2º Considerar-se-á homicídio doloso na direção de veículo automotor quando o agente conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da

influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência ou participar, em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente:

Penas - reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos, e a proibição definitiva de dirigir veículo automotor.

Art. 2º. Será acrescentado ao artigo 1º da Lei 8.072/90 o inciso IX, que passará a ter a seguinte redação:

I -

II -

III -

IV -

V -

VI -

VII -

VIII -

IX - homicídio doloso na direção de veículo automotor quando o agente conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência ou participar, em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O referido projeto tem o objetivo de classificar como homicídio doloso e hediondo aquele ocorrido em acidente de trânsito, quando o condutor estiver alcoolizado ou sob efeito de substância análogo, e quando estiver praticando "racha".

A preocupação de mortes no trânsito tem sua justificativa em razão de seus números alarmantes, visto que pelos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) só no ano de 2010 foram registradas no Brasil cerca de 40.610 mortes em acidentes nas vias, quase 7,5% a mais que o ano anterior, chegando à assombrosa quantidade de aproximadamente 112 pessoas mortas por dia, equiparando-se a proporções de guerras civis.

Atualmente existe uma celeuma jurídica a respeito da classificação deste ilícito como homicídio culposo ou doloso, o que acaba permitindo que esses criminosos respondam pelo seu ilícito de forma mais branda.

Ao bem da verdade esses agentes devem responder por dolo eventual, e não mais por culpa consciente.

Entende-se por dolo eventual quando a vontade do agente dirigida a um resultado determinado, porém vislumbrando a possibilidade de ocorrência de um segundo, não desejado, mas admitido, unido ao primeiro, ou seja, o agente não quer o segundo resultado diretamente, embora sinta que ele pode se materializar juntamente com aquilo que pretende o que lhe passa a ser indiferente.

O dolo eventual, não é na verdade, extraído da mente do autor, mas sim das circunstâncias, todos, desde cedo, sabem que dirigir alcoolizado põe em risco a sua vida e vida de terceiros.

Infelizmente, as inúmeras campanhas, e por vezes o endurecimento da lei no aumento de pena, não têm sido suficientes para tolir esse tipo de prática criminosa.

O governo brasileiro gasta, segundo o Ministério da Previdência 12 bilhões/ano e segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) o gasto é de R\$ 40

bilhões/ano em uma guerra que enfrentamos diariamente no Brasil, **as imprudências no trânsito.**

No que se refere às vítimas fatais da violência viária também temos 2 números diferentes, segundo o Ministério das Cidades são mais de 40 mil vítimas por ano e a Líder Seguros que é responsável pelo pagamento do Seguro DPVAT afirma, esse número ultrapassa os 60 mil.

Mais da metade das indenizações por ocorrências no trânsito estão concentradas na faixa de 18 a 34 anos.

A estimativa do álcool e direção está em mais de 40%.

O condutor que age dessa forma nitidamente arriscada está demonstrando seu desapego à incolumidade pública e principalmente a vida do seu próximo e DEVE sim responder por delito doloso.

Exemplo extraído da jurisprudência: *"A conduta social desajustada daquele que, agindo com intensa reprovabilidade ético-jurídica, participa, com seu veículo automotor, de inaceitável disputa automobilística realizada em plena via pública, nesta desenvolvendo velocidade exagerada - além de ensejar a possibilidade de reconhecimento de dolo eventual inerente a esse comportamento do agente - , ainda justifica a especial exasperação da pena, motivada pela necessidade de o Estado responder, grave e energeticamente, à atitude de quem, em assim agindo, comete os delitos de homicídio doloso e de lesões corporais"* (STF, HC 71.800-1RS, 1.a T., rel. Celso de Mello, DJ 20.06.1995, RT 733/478.

Tendo em vista tênué a linha divisória entre culpa consciente e o dolo eventual, é necessário explicitar na legislação brasileira que deve o agente responder por homicídio doloso contra a vida, é inaceitável caracterizar tal prática delituosa, que tira a vida de um cidadão de bem, como culposo, pois o trânsito em condições seguras é um direito de todos.

Desde crianças, todos sabemos dos perigos que acompanham os "rachas" e os bêbados na direção de veículos nas ruas e estradas. Infelizmente, porém, há milhares de homicidas dolosos no trânsito, os quais nada respeitam e nos matam como se fôssemos moscas. Conduzem de várias formas anormais, como se dissessem: "Eu sei que isso é perigoso; tomo conhecimento, todos os dias, de que um acidente é possível, mas dane-se o mundo, pois vale mais a adrenalina;

aconteça o que acontecer, quero viver perigosamente". Trata-se de uma aceitação tácita, suficiente para integrar o tipo e levar o réu ao Tribunal do Júri.

Portanto, a sociedade clama por uma legislação mais severa, Diante de todo o exposto, apresento o presente projeto com intuito de classificar esta prática delituosa como homicídio doloso e enquadrar no rol de crimes hediondos.

Isso posto, peço aos meus nobres pares apoio para aprovação do presente Projeto de Lei

Sala das Sessões, de Abril de 2015.

Dep. Marcos Rotta

PMDB/AM